

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Patrimônio documental, arquivos escolares e memórias

VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER*

JANETE LEIKO TANNO**

Este texto é resultado de uma pesquisa desenvolvida de modo interdisciplinar que aproxima as reflexões realizadas sobre patrimônio documental, arquivos escolares e memórias em duas áreas do conhecimento: História e Educação. De modo mais específico, propõe a aproximação dos debates realizados nas áreas de Patrimônio e História da Educação.

Aos que se interessam pelos estudos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro, seja em sua perspectiva material ou imaterial, existe uma extensa bibliografia cuja leitura leva a questionarmos o próprio conceito de patrimônio, visto que os mais diferentes grupos sociais e étnicos querem preservar a memória e tombar ou registrar aquilo que lhes é significativo. Será que todas as manifestações culturais de uma sociedade podem ser consideradas patrimônio? Se por um lado, a democratização do conceito possibilitou a inclusão de manifestações culturais populares e isso, realmente, garante uma maior legitimidade ao conceito, por outro, coloca aos estudiosos do tema a questão do limite de alcance do mesmo, para que não se corra o risco de torná-lo vazio.

Entretanto, ao tratarmos do patrimônio documental, verificamos que em relação a esse tipo de bem, ainda há muito a ser feito, apesar de legalmente, existir diversos instrumentos que garantem a sua guarda e preservação. Nesse sentido, claramente há um descompasso entre a realidade e aquilo que está previsto em lei. Se, por um lado, há uma busca por tudo preservar, seja fundando museus, centros de documentação e arquivos, públicos ou privados, por outro lado, vê-se um descaso por parte tanto de instituições públicas quanto particulares, com a guarda e preservação do patrimônio documental. Se na esfera estadual tal preocupação se consubstancia nos Arquivos de cada unidade federativa, nos inúmeros municípios, o mesmo não se verifica. Ao contrário, os documentos permanentes advindos das administrações municipais, em geral, não têm como destino um arquivo municipal.

Inúmeras outras instituições públicas, sejam elas municipais ou estaduais, também necessitam criar seus arquivos e preservar suas memórias e, entre elas, uma instituição fundamental que existe nessas duas esferas e que precisa urgentemente de um olhar mais

*Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), doutora em Educação.

**Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), doutora em História. Apoio: 

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

atento, tanto de pesquisadores, como dos responsáveis pela administração pública, é a escola e toda a documentação produzida nela, seja administrativa ou pedagógica que deixa as marcas das práticas e da cultura escolar de cada instituição e de seu público.

Alguns estados brasileiros vêm realizando o tombamento de escolas centenárias, a exemplo do estado de São Paulo. Destacamos, contudo, que se trata prioritariamente de uma política de preservação do patrimônio arquitetônico, e poucas são as iniciativas de preservação do patrimônio documental relativo à cultura escolar.

Ainda são escassos os trabalhos acadêmicos que se dedicam a investigações que tenham como intersecção os debates sobre patrimônio histórico e instituições escolares, tanto nas discussões na área de História da Educação quanto nas discussões sobre patrimônio e educação patrimonial. Partimos do pressuposto que o estudo das instituições escolares pode ser importante ponto de confluência no que se refere à preservação do patrimônio cultural e histórico não apenas da instituição estudada e de sua comunidade, reveladores das memórias da instituição e também dos diversos grupos sociais que a frequenta, mas de toda a comunidade local em articulação com o regional, o nacional e o internacional.

A preocupação neste texto é refletir sobre a relação entre guarda e preservação de bens culturais regionais, a partir da interlocução entre patrimônio documental e História da Educação, especialmente nos trabalhos com arquivos escolares. Salientaremos as disputas entre as diversas memórias existentes na região denominada de Norte Pioneiro do Paraná e que incidem no projeto de constituição do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CEDHIS) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus Jacarezinho. Nesse sentido, mais do que guardar papéis, o centro de documentação preserva memórias múltiplas que podem servir para diferentes propósitos e a intenção aqui é indicar alguns caminhos para a democratização do acesso aos bens culturais, às memórias diversas, em especial, por meio de um trabalho com os arquivos escolares. Destaca-se a necessidade de preservação do patrimônio documental de uma forma geral e da instituição escolar em particular, bem como a importância da organização, conservação e divulgação dos documentos presentes nos arquivos escolares como parte integrante da preservação do patrimônio documental nacional.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

Para entendermos a relação que apresentamos entre a preservação do patrimônio documental, em especial, o das instituições escolares, as disputas de memórias na região denominada de Norte Pioneiro do Paraná e o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CEDHIS), convém iniciarmos pelo esclarecimento deste projeto que teve início no ano de 2012 a partir das necessidades dos cursos da área de Ciências Humanas e da História, em particular, no que diz respeito às pesquisas científicas e, portanto, ao acesso às fontes para as mesmas.

Paralelo às discussões sobre a necessidade de constituição de um centro de documentação, o bispo responsável pela Mitra Diocesana da cidade de Jacarezinho-Pr., disponibilizou-se a ceder documentos diversos das atividades de dois seminários sob sua responsabilidade, que além de documentos relativos às atividades da Igreja Católica no âmbito da Diocese de Jacarezinho, também possui fontes relativas às atividades escolares dos antigos seminários. Assim, o Centro ganha seu primeiro acervo documental.

Para discutir o perfil que o Centro de Documentação teria reunimos docentes de diferentes áreas do conhecimento como História, Letras, Pedagogia e Direito e, assim, algumas questões passaram a ser colocadas, entre elas, a de qual seria o norte temático e metodológico deste Centro em formação, que pudesse atender às necessidades e demandas destes cursos.

Resposta difícil, e que não está fechada, visto que ainda estamos definindo alguns parâmetros que possam ajudar nessa tarefa. Entretanto, algo que pensamos ser fundamental para a compreensão dos acervos que estão compondo o Centro de Documentação e, inclusive, a identidade deste, é sua delimitação regional, pois se pretende reunir, preferencialmente, documentos, de suportes variados, relativos à região consagrada pela historiografia tradicional¹ como Norte Pioneiro do estado do Paraná, onde está localizado o CEDHIS. Além

¹ A denominação Norte Pioneiro faz parte de uma divisão da região norte do estado do Paraná realizada a partir do seu processo de colonização que a divide da seguinte forma: norte velho ou norte pioneiro, norte novo e norte novíssimo. Tal divisão, criticada por Nelson Tomazi (1997), como prolongamento do discurso “norte do Paraná” foi visto por ele como uma construção ideológica que justificava a (re) ocupação dessa região que, segundo a elite e o governo estadual, se expressava como um vazio demográfico e, portanto, passível de ser explorada pelos fazendeiros, no processo capitalista de venda e produção da terra, desconsiderando os nativos, os primeiros habitantes como os Caingangue e Xetá que foram dizimados no processo de (re) ocupação. Geograficamente falando, o norte pioneiro localiza-se na região nordeste do estado do Paraná.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

dessa questão de ordem geográfica, que define e explica muito da história da região, das instituições escolares e de outras inseridas na mesma localidade, a opção por essa delimitação se justifica também porque todos os acervos recebidos até o momento, dizem respeito à sua história e à sua memória.

Em relação à região, vale a pena esclarecermos um pouco sobre ela e suas fantasmagorias, como denomina Tomazi (1997) acerca das representações criadas pelas elites capitalistas no seu processo de (re) ocupação.

Aqueles que, pela primeira vez, defrontam-se com a história do Paraná, impressionam-se com a divisão realizada por parte da historiografia em relação à região norte deste estado e que está diretamente ligada ao seu processo de (re) ocupação desde meados do século XIX e que revelam a busca pela manutenção de uma memória única deste processo, descartando as histórias e as memórias de outros habitantes da região que já estavam estabelecidos como os índios, os posseiros e pequenos agricultores, com seus modos de vida e exploração das terras de maneira completamente diferente da exploração capitalista de lucro fácil, realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná/ Cia Melhoramentos.

A historiografia tradicional divide a região a partir de seu processo de (re) ocupação em três grandes espaços, a saber: norte velho ou pioneiro, norte novo e norte novíssimo. A região do “Norte Pioneiro”, como o próprio nome indica, foi a primeira a ser colonizada por mineiros e paulista. Economicamente a região foi colonizada baseada no cultivo do café a partir dos anos finais do século XIX, adentrando o século seguinte. Nas três primeiras décadas do século XX já se firmava como a região maior produtora de café do estado. Após esse período, foi ultrapassada pelo Norte Novo, colonizada por meio das ações da Companhia de Terras Norte do Paraná/Cia Melhoramentos do Paraná. A última área é o Norte Novíssimo que até os anos 1950 já tinha sido ocupada (WACHOWICZ, 2001).

Segundo Nelson Tomazi, tal divisão é vista como o prolongamento do discurso “norte do Paraná”, considerado como uma construção ideológica que justificava a (re) ocupação dessa região que, segundo a elite e o governo estadual, se expressava como um vazio demográfico e, portanto, passível de ser explorada pelos fazendeiros, no processo capitalista de venda e produção da terra, desconsiderando os nativos, os primeiros habitantes como os Caingangue e Xetá que foram dizimados no processo de (re) ocupação.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

Como foi possível observar a partir das considerações de Tomazi, a história e a historiografia sedimentaram e preservaram uma única memória acerca do processo de (re) ocupação da região. Perguntamos: e as memórias dos outros grupos que já estavam aqui como as das diversas etnias indígenas, a dos posseiros e dos pequenos sítiantes? De que maneira tais discursos oficializados pelas elites e incorporados pela maioria dos moradores da região, persistiu e ainda persiste nas memórias locais? Como as memórias de uma elite local foram plasmadas na constituição das inúmeras instituições públicas e privadas como única e verdadeira, a ponto, de passado várias décadas, ainda persistirem, inscrevendo-se nas práticas cotidianas de seus habitantes?

A fim de respondermos tais questões, além de muitas outras pertinentes à história e à memória da região e das suas cidades, assim como de suas sociedades, é necessário que documentos, em suportes variados, sejam preservados e disponibilizados aos pesquisadores e moradores locais e é esta a intenção do projeto de constituição do Centro de Documentação da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Com tais objetivos, o Centro recebeu outras doações, como um grande acervo bibliográfico e documental de familiares de antigos fazendeiros da região em 2013, como é o caso do fundo José Antônio Costa Lima que possui cerca de 15.000 exemplares de obras em diversas áreas como História, Filosofia, Economia e Literatura e ainda o acervo da Fazenda das Antas, no final de 2015, que contempla livros e documentos relativos à história da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz e de seu fundador, o fazendeiro Antônio Barbosa Ferraz Jr. Além disso, no âmbito do projeto do Centro, uma pesquisadora e alunos do curso de Pedagogia, trabalharam em algumas escolas públicas da região, levantando e organizando nas mesmas os arquivos destas instituições que resultou em catálogos e guias de fontes disponíveis para a consulta da comunidade na rede mundial de computadores.²

Tais ações são extremamente significativas para o estudo da região, cuja historiografia, isto é, uma escrita científica e que busca explorar pontos de vista diversos,

² Trata-se de um projeto inserido em um Programa Nacional de Pesquisa “Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da História da Educação Brasileira” do Grupo de Estudos e Pesquisas Nacional “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR, a partir das atividades desenvolvidas no Grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Norte Pioneiro” (HISTEDNOPR), grupo de trabalho do HISTEDBR sediado em Jacarezinho na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Os Guias de Fontes já elaborados pelo HISTEDNOPR estão disponíveis em: <http://histednopr.blogspot.com.br/>.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

ainda está para ser feita, visto que as poucas produções existentes são memorialísticas e reprodutoras da visão das elites que ocuparam e exploraram a região. Assim, localizar, reunir, catalogar e disponibilizar um vasto conjunto de documentos para os pesquisadores de diferentes áreas, torna-se imprescindível, em especial, porque tais acervos estão nas mãos de particulares, reunidos em diversas casas de antigas famílias de fazendeiros e moradores da região, e mesmo em certas instituições, cujos acessos são restritos.

É impressionante verificar que apesar de possuir um curso de História situado na cidade de Jacarezinho/Pr³, há quase 60 anos, uma história mais crítica sobre a região, sua política, economia e os diversos aspectos sociais e culturais que a envolvem ainda não foi feita, e o que prevalece é um discurso elitizado e conservador sobre o papel das instituições, consubstanciadas em práticas de mesmo teor pelos diferentes setores da sociedade, indicando a força desses grupos na região, até o momento.

Nesse sentido, o que observamos também é a prevalência das memórias dos grupos elitizados, cujas instituições públicas, em áreas diversas foram colocadas para servir aos interesses de uma classe e não de uma coletividade. Entretanto, ao tratarmos das instituições escolares, acreditamos que elas tragam, além de discursos e memórias elitizadas, também outras memórias que dizem respeito à diversidade de seu público ao longo de suas existências.

Nessa perspectiva, apresentamos a organização, conservação e divulgação dos documentos presentes nos arquivos escolares como possibilidade de preservação de parte do patrimônio documental local e regional e de afloramentos de memórias diversas, visto que as instituições escolares podem ser profícuas nesses propósitos.

Em relação ao trabalho com as escolas, dividiremos esta exposição em duas partes. Iniciaremos com a apresentação dos desafios e dificuldades de ordem prática e teórica encontradas neste tipo de pesquisa. Na sequência, apresentaremos uma possibilidade de pesquisa a partir da documentação presente no arquivo permanente de uma instituição escolar da década de 1940. Trata-se da Escola de Formação de Professores da cidade de Jacarezinho, no estado do Paraná.

³ O curso de História nasceu em 1958, e fazia parte da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho até 2008, quando sofreu processo de encampação pelo governo estadual e, juntamente com outras fundações localizadas nas cidades vizinhas de Cornélio Procópio e Bandeirantes, formaram a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

O trabalho com arquivos escolares apresentam um duplo desafio. Primeiro, podemos destacar algumas questões de ordem prática, tais como: falta de organização das instituições brasileiras que não foram habituadas a preservar sua memória, falta de espaço para acomodação e conservação dos objetos e possíveis descartes de fontes importantes, em caso de arquivo digital a frequente obsolescência das tecnologias que dificultam a preservação dos meios e conservação (SAVIANI, 2005). No caso de arquivos já organizados, apesar de aparentemente facilitar novas pesquisas, podem também ser um entrave pela falta de critérios na catalogação. (ZAIA, 2005).

Segundo, no tocante aos aspectos teóricos, o limite reside em superar reducionismos, sobretudo, “[...] particularismo, culturalismo ornamental, saudosismo, personalismo, descrição laudatória ou apologética [...] A dificuldade principal reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma conveniente, o movimento real da sociedade”. (NOSELLA; BUFFA, 2005:355).

Há a predominância de trabalhos que centram suas análises a partir da perspectiva da história cultural, ou nova história, disseminando conceitos como os de “cultura escolar” e “práticas escolares.” No entanto, em que medida esse foco no particular não poderiam diluir o conjunto da sociedade em determinada época (SAVIANI, 2013). Assim, partimos do pressuposto que preservar o acervo documental dos arquivos escolares é preservar o patrimônio documental em seus aspectos históricos e culturais. Para além de preservar a história e a memória de uma instituição, as fontes que compõem a vasta bibliografia presente nos arquivos permanentes das escolas colaboram para a preservação de um patrimônio de toda a comunidade, de modo específico, bem como o patrimônio documental nacional. Assim, o trabalho investigativo com o acervo documental de uma instituição escolar necessita de alguns cuidados e passos. É urgente organizar os arquivos escolares, tarefa ampla e que tem sido atividade de vários grupos de pesquisa nacionais. Destacamos, por exemplo, as investigações realizadas nos grupos de trabalho em todo o país do Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” - HISTEDBR, no sentido de mapear e constituir fontes para a compreensão da educação escolar brasileira.

Há ainda que se destacar que, ao realizar o primeiro contato, quase sempre há resistência por parte dos gestores. O acervo documental acaba por ser entendido apenas em

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

seu valor administrativo, e sua guarda considerada apenas em seu aspecto legal. Não há a valorização enquanto patrimônio documental, de seu aspecto histórico, cultural e memorialístico.

O acervo documental, arquivo histórico, que muitas vezes é visto como "arquivo morto" é composto por inúmeras fontes documentais escritas e iconográficas. Frente à importância desses acervos, o trabalho de preservação tem se detido sobre o arranjo e a organização dos espólios; prevendo a desinfestação, higienização, descrição e acondicionamento dos documentos dos arquivos. (MENEZES; MORAES, 2006:447)

O trabalho que urge e necessita de um programa nacional de pesquisa é o de organização, higienização e catalogação dos documentos. A primeira etapa consiste, portanto, em preservar o patrimônio documental existente, antes que ele se deteriore devido às más condições de armazenamento.

Corroborando a importância que deve ser dada ao patrimônio documental, numa perspectiva mais ampla, lembramos o Programa Memória do Mundo lançada pela Unesco em 1992 e que busca a identificação, a preservação e a acessibilidade do patrimônio documental mundial. Nesse sentido, no documento Memória do Mundo- Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, (2002: 09), afirma-se:

A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental- que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das conquistas da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura. (grifos do autor).

No Brasil, a preocupação com a salvaguarda do legado passado para as gerações futuras nem sempre foi muito presente nas políticas dos vários governos, nos seus mais diversos níveis de atuação, porém, tal situação começa a mudar a partir de meados dos anos 1970 com a constituição de arquivos e centros de documentação, em especial nas universidades públicas. Destacamos ainda a experiência de constituição do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) que servirá de fomento para o surgimento de inúmeros outros arquivos e afins.

Apesar dessas iniciativas, o estudo de Talita Molina (2013) sobre a patrimonialização dos arquivos privados com base nos processos e inventários oriundos do Conselho Defesa do

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico nacional (IPHAN) e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), indica claramente que as duas primeiras instituições pouco fizeram para preservar o patrimônio documental brasileiro. Segundo Molina,

No que se refere aos processos estudados nos órgãos de preservação, como o IPHAN e o CONDEPHAAT, a quantidade reduzida de processos e seu espaçamento no tempo indicam que as ações desses órgãos quanto ao patrimônio documental eram residuais. E sem dúvida, a identificação de um número tão pequeno de processos relativos a acervos arquivísticos propõe questões sobre o lugar destes bens no interior das políticas de preservação do patrimônio nacional. O número de arquivos tombados é ínfimo, mesmo se considerarmos os avanços da questão na legislação, nas últimas décadas (MOLINA, 2013:168-169).

Molina esclarece ainda que o IPHAN, entre 1937 e 2009, tombou 1.047 bens e destes somente 03 (três) são relativos a arquivos privados. Em relação à atuação do CONDEPHAAT, entre os séculos XVI e XX, dos 385 bens tombados, somente 03 (três) dizem respeito a arquivos do mesmo tipo.

Sob a lei n. 8159 de janeiro de 1992, que criou o CONARQ e que estabeleceu uma política nacional de arquivos públicos e privados, foi possível a partir do instrumento “declaração de interesse público e social”, buscar a salvaguarda do patrimônio documental público e privado no país. Nessa perspectiva, Molina (2013) indica que este órgão teve uma atuação mais efetiva em relação a patrimonialização de arquivos privados, visto que, apesar de ser a instituição mais nova em relação às outras, aprovou como de interesse público e social, 17 arquivos privados.

Como podemos perceber a questão da patrimonialização dos arquivos privados ainda necessita de ampla divulgação e discussão sobre sua importância para a História, a Educação, enfim, as Ciências Humanas e áreas afins. Enfatizamos ainda que mesmo em relação à documentação proveniente de órgãos públicos, ainda há muito por se fazer em especial, na esfera municipal.

Em um primeiro levantamento realizado junto às prefeituras de algumas cidades do “Norte Pioneiro”, confirmamos que nenhum possui um arquivo municipal, indicando ausência de políticas públicas municipais de salvaguarda dos documentos provenientes das suas administrações, assim como o descaso dos responsáveis pelas instituições escolares na guarda

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

10

e preservação dos documentos provenientes da sua atuação educacional nas diversas cidades da região que podem ajudar os pesquisadores a perceberem de que forma as ações dos diversos agentes institucionais ou grupos locais contribuíram na preservação de algumas memórias e soterraram outras. Partes destas memórias soterradas podem estar contidas em inúmeros documentos escolares que indicam as práticas de grupos diversos e mesmo os conflitos entre os interesses de diferentes setores da sociedade.

Apontaremos a seguir, como possibilidade de pesquisa, o trabalho realizado em uma escola de Jacarezinho, o Colégio Estadual Rui Barbosa, em suas etapas de contato, estado do arquivo, organização e catalogação e, sobretudo, com a indicação de parte do patrimônio documental da escola e sua ampla possibilidade de pesquisa.

Dentre os documentos acondicionados no arquivo “morto” do atual Colégio Estadual Rui Barbosa, encontram-se os arquivos referentes à Escola Normal de Jacarezinho que posterior às reformas propostas na Lei Orgânica para as Escolas Normais de 1946, passaram a ser denominadas de Escolas de Formação de Professores.

Foi a partir da década de 1920, com a expansão do ensino primário no estado do Paraná, sobretudo a partir do modelo paulista dos Grupos Escolares, que emergiu a necessidade da formação de professores. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, as escolas primárias também passaram a ter como objetivo disciplinar os sujeitos, sobretudo os imigrantes, no sentido da construção de um sentimento nacionalista e de uma nação moderna. Assim, a necessidade de formação de professores surgiu a partir da expansão da educação popular, sobretudo em nível primário (MIGUEL, 2008; SAVIANI, 2005).

O Paraná, pela política de migração e imigração dirigidas, ocupava seu território e as necessidades da população aumentavam; dentre elas, a da educação. A lavoura do café havia transposto os limites de São Paulo e invadia o território paranaense. Com as lavouras de café surgiram núcleos que em pouco tempo tornaram-se cidades, bem como se formou a classe cafeeira que plantava e negociava o produto. (MIGUEL, 2008:19)

Era necessário tanto educar essa elite quanto direcionar o desenvolvimento e a modernização nesse processo de criação de núcleos urbanos. O professor representaria nesse processo o responsável por formar a população para essa modernização e urbanização:

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

11

O professor era visto pelo Estado, como aquele que iria formar o novo homem para a sociedade que se urbanizava sob o impacto da industrialização paulista cabendo-lhe auxiliar o governo a promover o desenvolvimento ordenado, uma vez que a população se multiplicava e nem sempre, aos olhos do Estado, promovia o progresso sem alterar a ordem estabelecida. (MIGUEL, 2008:19).

Portanto, grandes latifundiários e investidores paulistas encontraram na região do norte do Paraná boa oportunidade de enriquecimento na compra de terras, na formação de cafezais e de loteamento de áreas para vendas a imigrantes estrangeiros e nacionais, tendo em vista que as terras no Paraná eram férteis e mais baratas.

Entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, grandes fazendeiros paulistas estabeleceram-se na região, assim como pequenos e médios sítiantes iniciando a formação de núcleos urbanos, povoando e, assim, articulando as relações de amizade e de compadrio na construção de redes de relações econômicas e políticas.

Nesse contexto, podemos tecer algumas considerações sobre esse processo modernizador, ao menos no discurso oficial. Tomamos como ponto de partida o documentário de 1947 sobre a cidade de Jacarezinho produzido pela Metrópole Filmes do Brasil, intitulado “Jacarezinho: a cidade rainha do Norte do Paraná.” No documentário o narrador afirma que Jacarezinho era uma “cidade moderna e progressista.” O filme é uma propaganda da cidade, e apresenta as instalações escolares como sinônimo de modernidade e progresso. São apresentados os três ginásios em funcionamento na cidade no período: o Ginásio Imaculada Conceição, o Ginásio Cristo Rei e o Ginásio Rui Barbosa. Sobre o Ginásio Rui Barbosa podem ser vistos alguns alunos, o muro da escola, que ainda era baixo, e as poucas casas construídas próximas à instituição. O narrador destaca que a escola possuía 1.000 alunos, 60 professores e o diretor era Clemente Otto. Dentre os cursos ofertados pela instituição estavam o Ginásial, o Científico, a Escola Normal e a Escola de Aplicação.

Além das instituições escolares, o documentário destaca o comércio, as lojas, as casas mais abastadas, o banco e a catedral. Apresenta a versão dos “pioneiros”. Observamos a construção da figura destes, com suas belas casas e tidos como os desbravadores da região. As pessoas mais pobres são pouco retratadas e localizadas em dois espaços: ao passar pelas ruas e no mundo do trabalho, sobretudo nas fábricas e no beneficiamento de café. Assim, ao lado da indústria do café e do comércio, as instituições escolares ocupavam um lugar de destaque enquanto elemento modernizador.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

12

No dia 1º de fevereiro do ano de 1943, no salão nobre do Ginásio Rui Barbosa, realizou-se o ato solene de instalação da “Escola de Professores”, criada pelo Governo do Estado do Paraná pelo decreto nº 1.514 de 12 de janeiro de 1943. Na sessão estavam presentes o Diretor do Colégio Rui Barbosa, Guido Arzua, o então prefeito João de Aguiar e parte do corpo docente. (ATA, 1943).

A criação de uma Escola Normal na cidade de Jacarezinho em 1943 pode ser explicada como medida para aumentar a densidade demográfica do município e, assim, evitar que ele fosse desmembrado e perdesse território. (AIMONE, 1991). Dessa forma, a criação de uma instituição escolar na região significou para além de uma preocupação com a educação dos seus habitantes, uma preocupação em atrair mais moradores para (re) ocupar o território. Como consequência, movimentaria o comércio na cidade, [...] “onde os filhos desta rica Região irão recebendo Diplomas, as famílias vem para cá, o comércio aumenta e os professores que aqui forem nomeados, receberão um belo ordenado e somente irão gastar aqui, como todas as famílias dos estudantes”(AIMONE, 1991:143).

Assim, uma possibilidade é a análise da criação de instituições educativas na perspectiva desenvolvimentista dos anos 1940, nesse processo de modernização, urbanização e nacionalização. Os documentos presentes nos arquivos escolares podem trazer vestígios dessas questões, além de suscitar outras, como: quem veio para a cidade? Onde se instalaram, isto é, na divisão geográfica da cidade, onde moravam os ricos, os remediados e os pobres? Como as pessoas dos diferentes setores da sociedade e os migrantes de outras regiões perceberam a instalação da Escola Normal em Jacarezinho?

Para se matricularem no curso de formação de professores os candidatos deveriam atender ao disposto no Decreto estadual 6.597 de 15 de março 1938, que regulamentou as Escolas de Professores no estado do Paraná. Para ingressar no primeiro ano do curso os alunos deveriam ter concluído o ginásio ou as extintas escolas normais primárias. Outras exigências ao candidato era ter idade inferior a 30 anos, apresentar atestado de idoneidade moral, capacidade física e identidade. Além da taxa de matrícula paga em duas parcelas, uma na matrícula e outra em agosto, também deveriam pagar uma taxa mensal de 5\$000. Eram aceitos alunos de ambos os sexos. O objetivo dos cursos era formar professores para o ensino primário, com duração de dois anos. (PARANÁ, 1938).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

13

As fichas dos alunos e as informações sobre a matrícula da primeira turma podem ser encontradas no arquivo permanente do Colégio Estadual Rui Barbosa, em cadernos encapados e em boas condições de preservação, o que possibilita sua leitura e compreensão. Nas Atas de Matrículas podemos encontrar informações sobre a data de nascimento, naturalidade, filiação, local onde cursou o ginásio e endereço.

A primeira turma iniciada em 1943 contou com 42 matrículas, dentre as quais 40 mulheres e dois homens. Apesar de o decreto determinar como requisito a idade inferior a 30 anos, observamos uma matrícula de uma aluna nascida em 1908, portanto, com 35 anos. Já os alunos mais novos matriculados eram nascidos em 1926, portanto, tinham 17 anos. Uma, dentre tantas possibilidades de abordagem, e que salta às vistas ao observar as matrículas na primeira turma é a discrepância no número das matrículas de homens e mulheres. Esses dados podem ser inseridos no contexto de feminilização do magistério a partir do final do século XIX no Brasil. O Curso de Formação de Professores da Escola Normal de Jacarezinho recebia matrículas tanto de homens quanto de mulheres. Porém, a partir da consulta às atas de matrícula podemos averiguar que entre os anos de 1943 a 1950 o curso foi quase que exclusivamente feminino.

Interessante notar que os alunos matriculados no Curso de Formação de Professores em Jacarezinho tinham nível ginásial de escolarização. Mais da metade das matrículas, 25, foi de alunos que completaram seu curso ginásial na própria cidade, no Ginásio Rui Barbosa. Uma dúzia completou em ginásios do interior de São Paulo. Os outros cinco estudaram em outros ginásios em cidades paranaenses. Também 25 alunos nasceram no estado do Paraná, 16 no estado de São Paulo e um no estado do Rio de Janeiro.

Tais dados indicam uma amostragem dos tipos documentais encontrados nos “porões” das escolas e que aguardam políticas públicas estaduais, condições financeiras e estruturais, atreladas à iniciativa de professores ou gestores para sua guarda, preservação e disponibilização ao público mais amplo. Os arquivos escolares se constituem como importantes espaços para a produção de conhecimento nas áreas de História e Educação uma vez que seu patrimônio documental pode revelar aspectos não apenas da instituição, como também da própria época e sociedade na qual a instituição escolar estava inserida. Desse modo, o acesso a esse acervo documental, bem como as pesquisas realizadas a partir dele

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

14

possibilitam a construção de outras memórias locais na busca de (re) construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, uma sociedade em que todos os grupos sociais têm direito à sua memória.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

ATA. 1943. Arquivo Permanente do Colégio Estadual Rui Barbosa. Encadernação.
 ATAS DE MATRÍCULA. 1943. Arquivo Permanente do Colégio Estadual Rui Barbosa. Encadernação.
 JACAREZINHO: a cidade rainha do Norte do Paraná. MetrÓpole Filmes. São Paulo, 1947.
 PARANÁ. Decreto nº 6.597 de 16 de março de 1938. Regulamento das Escolas de Professores do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/paran%E1%20dcreto%20n.%B0%206597%201938.htm. Acesso em: 03 Set. 2015.

Bibliografia

AIMONE, Thomaz. **Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho**. Jacarezinho: [s.n.], 1991.
 MENEZES, M. C.; MORAES, C. S. Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: a importância dos acervos escolares no estudo da instituição. **Anais do 6º COLUBHE**. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/38MariaCristinaMenezes_CarmenMoraes.pdf. 445-455. Acesso em: 14 Jul. 2015.
 MIGUEL, M. E. B. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de História da Educação: O ensino e a pesquisa em história da educação**. São Cristóvão/Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes, 2008, p. 01-24. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/9.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2015.
 MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público. Caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, RJ, v.26,n.2, jul/dez.2013, p. 160-174.
 NOSELLA, Paollo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método marxista dialético de investigação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v7n2/eccosv7n2_2f13.pdf Acesso em: 04 Set. 2013.
 SAVIANI, Dermeval. Instituições de Memória e Organização de Acervos para a História das Instituições Escolares. In: DA SILVA, J. C. (et al.) (orgs.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013, p. 13-32.
 _____. **Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas**. Cadernos de História da Educação. Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005.
 _____. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p.11-26, 2005.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

15

TOMAZI, Nelson Dácio. “Norte do Paraná”. **História e fantasmagorias**. Tese de doutorado (História). UFPR, 1997.

UNESCO. **Memória do mundo. Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental**. 2002. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

ZAIA, Iomar B. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. **Revista Brasileira de História da Educação** nº 10 jul./dez.2005.

<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363>> Acesso em: 04 set. 2013.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9ª edição, Curitiba: Imprensa oficial do Paraná, 2001.